

elza e. maran queiroz da silva<sup>1</sup> | M.Sc em históriaivanir cunha<sup>2</sup> | M.Sc em história

# O mito da escravidão cordial sul-rio-grandense: uma discussão historiográfica

**Resumo** *O estudo apresenta uma análise sobre a realidade da presença do negro no Rio Grande do Sul do século XIX, em que se encontram duas correntes historiográficas distintas, com relação ao ser ou não ser ele escravo: a “corrente tradicional”, que negou ou pouco fez referência ao negro na formação do gaúcho e a “corrente de vanguarda” que visualizou a importância do trabalho escravo no Rio Grande do Sul.*

**Palavras-chave:** rio-grandense – escravidão negra – corrente tradicional – corrente de vanguarda.

## 1 Introdução

Ao discutir a temática proposta, entende-se a necessidade de esclarecer o que seja mito, considerando-se que não é possível furta-se a sua significância mais tradicional, ou seja, a busca de explicação sobre determinados acontecimentos, vivenciados por povos que ainda não atingiram a maturidade intelectual, para entender como os fatos históricos se processam em sociedade.

O século XIX, no Brasil, foi um período de mudanças e transições: o país torna-se independente de Portugal em 1822; com a Lei Áurea, em 1888, liberta seus últimos escravos e, um ano depois, deixa de ser monarquia para tornar-se república. Mudanças

comportamentais? Estruturais? Ou apenas formais? Pretende-se verificar que tipo de transformação ocorreu no Rio Grande do Sul com relação ao negro, quer escravo quer liberto.

## 2 Mito: uma discussão historiográfica

Ao se tratar de mito, não se pode ignorar a mitologia greco-romana, da Antiguidade Clássica, bem como as crenças trazidas da Idade Média Ocidental, uma vez que esta vem de uma sociedade judaico-cristã que se impôs, no que se refere à intelectualidade, e trasladou, ao longo dos séculos, os ensinamentos lapidados pela inteligência humana, obra da racionalidade que, daí por diante, passou a questionar as “verdades” estabelecidas.

Enquanto nada de científico existia, o mito serviu para justificar os porquês existentes na sociedade, para orientar o homem na busca de explicações de como conduzir suas vidas e das comunidades em que vivia. Essa era a visão para o todo: o social, o reli-

<sup>1</sup> M.Sc. em História pela PUC/RS. Especialista em Direito Constitucional pela ULBRA/Carazinho. Especialista em Educação pela UFSM/RS. Bacharel em Direito. Licenciada em História e Estudos Sociais pela UFSM/RS. Professora do Curso de Direito na ULBRA/Carazinho.

<sup>2</sup> M.Sc. em História pela PUC/RS. Especialista em História da Cultura pela Universidade Católica do Porto/Portugal. Bacharel e Licenciada em História pela UFSM/RS.

gioso, o econômico, o político, quando as coisas aconteciam por determinação divina; em que os castigos ou as benesses vinculavam-se aos bons ou maus pensamentos, às boas ou más ações. Zilberman in FLORES (1994, p. 117) esclarece que

*O mito não é, pois, apenas um tipo de relato, mas se compõe de uma rede peculiar de temas que dizem respeito ao aparecimento de uma instituição ou hábito e de motivos no interior dos quais se verificam a magia e o predomínio do mundo natural que são recorrentes na cultura humana e afiançam a permanência desta modalidade de expressão.*

A autora induz à compreensão de que o mito serve também para respaldar um discurso, para afirmar uma ideologia que se quer vigente. Nesse sentido configurou-se ter havido no Rio Grande do Sul um paraíso racial, onde se institucionalizou que brancos e negros viviam em harmonia total, o que distinguia a Província das demais. Todavia, cabe esclarecer que a benevolência e a tolerância dos senhores, junto aos escravos negros, não foram diferentes do tratamento dispensado aos escravos em outras Províncias do Brasil.

É interessante observar, por exemplo, que tanto os representantes dos Partidos Liberal e Conservador quanto os do Republicano combateram pela causa abolicionista. O que causa estranheza é não ter surgido um "Partido Abolicionista", pois, embora liberais e republicanos pregassem a democracia e a liberdade para "todos", ao mesmo tempo conviviam com a existência da escravidão. Subentende-se que, apesar dos discursos pró-abolição da escravatura, a consciência moral não estava totalmente pronta para receber esses "homens de cor" no seio da sociedade branca.

Em Bakos (1982, p. 17), lê-se que

*O mito da escravidão mais branda no Rio Grande do Sul vai-se desfazendo à medida que se folheiam os periódicos contemporâneos, onde, pela leitura dos anúncios de fugas e vendas de escravos, percebe-se que a violência do branco contra o negro não é monopólio da zona equatorial do país.*

De fato, quando se fala em escravidão, vêm à luz as ocorrências no Brasil setentrional ou nas zonas das Gerais, situando-se, pois, o trabalho escravo na economia açucareira e na mineração. O Rio Grande do Sul

geralmente não é citado como estado escravocrata. Entretanto, para desenvolver sua economia, "necessitou, ao longo de sua história, de grandes contingentes de mão-de-obra escrava" (BAKOS, 1982, p. 10).

É impossível não se perceber a presença negra na cultura, na sociedade, na economia e na política, constatando-se que o negro é uma das matrizes formadoras do povo sul-rio-grandense em maior ou menor grau como no resto no Brasil. Embora inseridos em uma relação intercambiável que por si só impõe o equilíbrio de suas carências e necessidades, ainda assim, a sociedade branca não agregava esses indivíduos, ao contrário, segregava-os. Exercitava-se o poder que os tornava periféricos em uma sociedade hegemônica que os esmagava.

Pode-se revisitar Foucault (1987) que demonstrou a dimensão exata de uma sociedade segregadora, para a qual não bastava apenas vigiar os escravos, era necessário puni-los para que obedecessem as regras ditadas por essa mesma sociedade, que os obrigava a pertencer, mas que nunca os aco-

Foto: Irmãos Ferrari / acervo do Museu Joaquim Felizardo – fototeca Sioma Breitman



lhia. Era o que na linguagem foucaultiana chamava de "corpos dóceis".

Foucault (1987, p. 126) explica que "em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações". Isso acontecia no tratamento dispensado aos escravos pelos seus senhores, considerando que eles estavam circunscritos a determinados espaços. Na relação escravo-senhor é claro o poder dominador, disciplinador deste sobre o outro, denominado por Foucault (1987, p. 127) de "mecânica de poder", a qual ele assim explica:

*[...] A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.*

Tem-se, assim, a garantia da submissão do escravo nas suas atribuições. A noção de pertença, à qual estava sujeito, é também ambígua. Pertencer a uma comunidade/sociedade é fazer parte dela, é ser reconhecido como um de seus membros. No caso do negro, a idéia de ser parte de uma sociedade impunha limites, pois ele era anexado a uma determinada família branca, na condição de *res semoventes* como a casa, os móveis, os animais. O negro era, sim, parte englobada, valiosa é bem verdade, pois podia ser vendido ou trocado como qualquer mercadoria. Esse "fazedor de coisas", na grande maioria ignorante, analfabeto e sempre marginalizado, ainda assim deixou suas marcas na formação étnico-cultural das gentes do Rio Grande do Sul.

### 3. As matrizes e as correntes historiográficas da formação étnico-cultural do gaúcho

#### 3.1 As matrizes historiográficas

As matrizes formadoras da sociedade brasileira são o índio, o branco europeu e o negro africano que, mesclados, deram ori-

gem ao homem brasileiro. No Rio Grande do Sul não foi diferente. Encontram-se as raízes da sua criação no expansionismo português, desejoso de alargar suas fronteiras na América, e aí compreende-se que a heterogeneidade racial interessou a Portugal para a manutenção das fronteiras portuguesas, pois tornava esse homem o mestiço ligado diretamente à terra e, uma vez fixado a um determinado lugar, ele tentará manter sua cultura, cuja influência "receberá" e "doará" mais tarde. Gauer (1997, p. 585) afirma que

*A cultura brasileira nasceu da articulação vinculada à miscigenação. Nasceu envolvida em uma trama de convenções sociais heterogêneas, os costumes, os mitos, os ritos, os sistemas relacionais e a religiosidade [...]. As práticas sociais herdadas foram relidas de modo a possibilitar novas expressões comunicativas, que levaram à forma de organização que nos caracteriza como informais, sincréticos, musicais, descontraídos, festeiros, carnavalescos para não nos referirmos a qualidades que exprimem juízo de valor negativo. [...] Não pensamos como prevê a lógica cartesiana, mas sim com uma lógica aberta que foge a qualquer previsão, daí ser impossível classificá-la, conceituá-la ou defini-la segundo os modelos tradicionais.*

É na individualização de cada um que se formam as características fundamentais de uma sociedade, especialmente quando ela estimulou a mestiçagem, que se pode encontrar em cada rua, esquina ou casa brasileira. É relevante também que se sinalize uma discussão sobre as correntes historiográficas que esteriotipam o negro como vagabundo, coitado, burro, ladino, ou, ainda, com inteligência inferior. Havia um propósito nesses "atributos" dirigidos ao negro: colocá-lo vários patamares abaixo do homem branco, civilizador, católico e submetê-lo aos seus interesses, indistintamente de norte a sul e de leste a oeste do Brasil.

Nesse sentido, afirmar, como entendem alguns historiadores, que no Rio Grande do Sul houve uma verdadeira democracia racial em relação ao restante do país é, no mínimo, negar sua condição de Província do Império. Se assim fosse, não teria havido, aqui também, movimentos de revolta negra contra a escravidão, nos mais variados estilos.

Havia rebeldia que, mesmo velada, manifestava-se de alguma forma como fugas, automutilações, prática da macumba, assassinatos e suicídios. Tudo isso configu-

rava uma forma de resistência a sua condição inumana. A propósito dos suicídios, pode-se exemplificar com o que acontecia nas charqueadas em Pelotas, com as matérias de jornais da época como o *Correio Mercantil* de 1875 e 1883, de onde se extrai:

*Ontem às 10 horas da manhã, na xarqueada do senhor Tenente-Coronel Joaquim Rasgado, suicidou-se um seu escravo de nome Francisco, dando em si próprio uma facada no pescoço, uma na barriga, outra no peito. O motivo que o levava a praticar tal atentado foi ter o capataz da mesma xarqueada admoestado-o por ser encontrado com outros seus companheiros na prática de atos que necessitavam correção. (ZERO HORA, 20/04/2002)*

*No lugar denominado porteiras, sete léguas dessa cidade, uma escrava de João Esperança tentou assassinar uma filhinha de seu senhor. Não tendo conseguido realizar seus intentos, enforcou três dos seus filhos menores, suicidando-se ela em seguida pela mesma forma. Consta-nos que conseguiu salvar da morte outras a alma das crianças. (ZERO HORA, 20/04/2002)*

Os suicídios dos escravos reforçam o argumento de que se houvesse no Rio Grande do Sul condições satisfatórias de vivência e convivência em uma mesma sociedade, essas mortandades não aconteceriam. Tanto a resistência escrava, como a organização propriamente dita começaram a partir da formação dos quilombos. Até então as sedições aconteciam ora de forma isolada, ora de forma coletiva.

É interessante observar que fatos alheios aos escravos muitas vezes serviram de alavanca para desencadear rebeliões e fugas, como o envolvimento dos senhores de escravos em guerras ou crises políticas, oportunizando, de certo modo, a revolta dos negros, pois desorganizava-se o aparato repressivo que lhes era imposto, minando a estrutura escravocrata.

Bernd e Bakos (1998) registram a existência de quilombos no Rio Grande do Sul, entre os quais o de Barba Negra em 1829, o do negro Lucas, localizado na Ilha dos Marinheiros, na cidade de Rio Grande, em 1833, ainda o quilombo de Pelotas em 1835 e vários em Rio Pardo que datam do ano de 1848. Esses quilombos, segundo explicam as autoras, situavam-se nas cinco maiores localidades concentradoras de escravos negros no Rio Grande do Sul, história essa que ainda está por ser feita.



### 3.2 As correntes historiográficas

À corrente tradicional vinculam-se os historiadores Dante de Laytano, Jorge Salis Goulart, Walter Spaldings, Décio Freitas, o viajante e botânico Auguste de Sain't Hilaire e o escritor Gilberto Freire. Ainda Moysés Velinho, Manoelito de Ornellas, Amyr Borges Fortes e Riograndino da Costa e Silva.

Essa corrente, de algum modo, negou ou pouco fez referência à presença negra na formação do gaúcho, como também de sua importância na sociedade que, aos poucos, foi se formando. De certo modo, é uma "visão embranquecida" que impregnou praticamente a estrutura social sul-rio-grandense e é também uma maneira de dizer que no extremo sul do Brasil imperou o trabalho livre.

No seio dessa corrente encontra-se uma exceção: Guilhermino César que, em alguns artigos, faz menção ao escravo gaúcho. O autor, porém, não atribuiu a devida importância ao trabalho escravo, como uma das bases de sustentação da economia e da sociedade gaúchas. O grande destaque econômico é a estância, onde se estabelece

uma relação de trabalho entre homens livres e proprietários, ou seja, peões, capatazes e fazendeiros.

Essa imagem mitifica a noção de que, no Estado, criou-se e estabeleceu-se uma sociedade igualitária, diferentemente do resto do Brasil. É o mito da democracia escravocrata que permaneceu por décadas, não somente entre historiadores como também entre escritores.

Ao se fazer a análise das opiniões dos autores dessa corrente, encontra-se em Sain't-Hilaire (1997, p. 52-53) a idéia de que os negros no e do Rio Grande do Sul gozavam de uma vida tranqüila e respeitável:

*[...] os habitantes do Rio de Janeiro desgostosos com seus escravos, vendem-nos para esta capitania e, quando querem intimidar um negro, ameaçam-no de enviá-lo para o Rio Grande. Entretanto, não há talvez, no Brasil, lugar algum onde os escravos sejam mais felizes do que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos; conservam-se próximo a eles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne à vontade; não se veste mal; não anda a pé; sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, o que constitui exercício mais saudável do que fatigante, enfim, ele faz sentir aos animais que o cercam uma superioridade consoladora de sua condição baixa, elevando-se aos seus próprios olhos.*

Que vida tranqüila Sain't Hilaire dá a entender que o negro possuía! Considerou-o superior somente aos animais e, além disso, conformado com essa situação.

Já o historiador Laytano (1957, p. 76 e 86) afirma que

*O negro na estância [...] possuía quase as mesmas regalias dos senhores, pelo menos o stand de vida de ambos era semelhante [...]. No papel de criado, sua posição é mais humanizada, bebe no mesmo chifre que serviu de copo para seu senhor, o que não é pouco, quando as concessões ao negro eram tão restritas.*

Falar nas "regalias" que o negro tinha na estância não é suporte suficiente para concluir-se que ele era respeitado pelo branco como ser humano. Observe-se o que o autor afirma: "no papel de criado, sua posição é mais humanizada". Isso leva a interrogar que os demais negros recebiam tratamento desumano. Logo, era melhor exercer o "papel" de criado na estância do que ser escravo fora dela.

É certo que a economia gaúcha, baseada na criação extensiva do gado, pelas peculiaridades decorrentes dessa atividade, impedia o controle rígido sobre os movimentos do escravo; é certo também que a cultura africana interferiu menos que em outras regiões, se considerarmos que o Rio Grande do Sul foi uma área de grande assentamento de imigrantes europeus, mas nem por isso a cultura negra deixou de ter sua importância. Pardelhas (1937, p. 117-118) observa que:

*O senhor batalhava de par com o escravo ou peão, suportando as ardentias do verão ou rigores do inverno. E o contato provocado pelo trabalho em comum tornava-o humano, fazendo-o compreender que o escravo, embora fosse inferior, tinha direito de ser tratado como gente e não como besta de carga, da qual se exige trabalho e força e a recompensa é descansá-la.*

A autora, ao mesmo tempo em que tenta situar senhor e escravo em um mesmo patamar de igualdade, refere-se ao escravo como ser "inferior". O fato de usar a expressão "escravo" é denotativo de que a escravidão efetivamente existiu. Logo, se há escravidão, é porque não há relação de igualdade entre brancos e negros. Não há também um entendimento jurídico entre senhores e escravos, pois não se pode esquecer que todo escravo fazia parte dos bens de seus senhores. Logo, ele não pode figurar no Código Civil da época, na seção que trata de direitos da pessoa humana, pois "res" não é pessoa, logo, não tem direito a nada.

Na segunda corrente, chamada vanguardista, os nomes em destaque são os dos historiadores Margaret Marchiori Bakos, Mário Maestri, Luís Luna, Agostinho Mario Dalla Vecchia, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o líder abolicionista e escritor Joaquim Nabuco, o viajante Arsène Isabelle e, novamente, o viajante e botânico Auguste de Sain't Hilaire.

Véchia in FLORES (1994, p. 135-136) analisou depoimentos orais a respeito da escravidão no Rio Grande do Sul, assim se pronunciando.

*A escravatura das charqueadas configurou-se aos olhos dos historiadores como das mais severas pela dureza do tratamento senhorial dos cativos, pela intensidade de trabalho e pela permanente coação da mão-de-obra servil. [...] Constante e rigorosa vigilância estabelecida entre fazendas, vilas e cidades testemunham a necessidade de defesa de*

*senhores mediante a constante resistência dos escravos. [...] A opulência cultural de Pelotas foi construída sobre o sangue e o sofrimento dos escravos.*

Sabe-se que as charqueadas foram, em certo momento, o grande produto de consumo interno no Rio Grande do Sul e para essas regiões foi usado um expressivo número de escravos. A vigilância e os métodos de coação empregados sobre os negros traduzem, com veemência, a imposição que o Senhor mantinha sobre os mesmos, representado pelo feitor, o qual cumpria com determinação, habilidade e prazer sua função junto aos escravos.

Os autores são unânimes em demonstrar as situações de violência, desprezo, crimes que se cometiam também aqui no Sul. Logo, ao investigar essas fontes, salta aos olhos a maneira como foi exercida a "brandura" sulista em relação aos negros.

Em viagem pelo Rio Grande do Sul, entre os anos de 1833 e 1834, o francês Isabelle, apud CARDOSO (1977, p. 133-134),

assim descreve o tratamento dispensado ao negro:

*Sabeis como esses senhores, tão superiores, tratam seus escravos; Como tratamos nossos cães. Começam por insultá-los. Se não vêm imediatamente, recebem duas ou três bofetadas da mão delicada de sua senhora, metamorfoseada em harpia, ou ainda um rude soco, um brutal pontapé de seu grosseiro amo; se resmungam são ligados ao primeiro poste e então o senhor e a senhora vêm, com grande alegria no coração, para ver como são flagelados até verterem sangue. [...] Há senhores tão bárbaros, principalmente no campo, que fazem incisões nas faces, espáduas, nádegas ou coxas de seus escravos, a fim de colocar pimenta. Outros levam seu furor frenético até o ponto de assassinar um negro e atirá-lo, como um cão, numa cova; e se alguém, surpreso pela sua ausência, se informa da sorte do negro, ele responde friamente "morreu" (o filho da p... morreu). Ninguém fala mais nisso.*

É notória a ironia com que o autor esboça seu pensamento. Ser escravo no Rio



Foto: Lunara / acervo do Museu Joaquim Felizardo – fototeca Sioma Breitman



Grande do Sul, ou em qualquer outro lugar do Brasil, não fazia diferença. Sain't-Hilaire, que num primeiro momento defendeu a corrente tradicional, ao entrar em contato com as charqueadas pelotenses, passou a ter uma visão bem diferenciada e, com certeza, bem real do que se praticava no Rio Grande do Sul. E assim (1997, p. 86-87) descreve:

*O Sr. Chaves é considerado um dos charqueadores mais humanos, no entanto ele e sua mulher só falam a seus escravos com extrema severidade, e estes parecem tremer diante de seus patrões. Há sempre na sala um negrinho de dez a doze anos, que permanece em pé, pronto para ir chamar outros escravos, a oferecer um copo de água e a prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que esta criança. Não se assenta, nunca sorri, jamais se diverte, passa a vida tristemente apoiado a parede e é, freqüentemente, martirizado pelos filhos do patrão. Quando anoitece, o sono o domina, e quando não há ninguém na sala, põe-se de joelhos para dormir; não é esta a única casa onde há este desumano hábito de se*

*ter sempre um negrinho perto de si para dele utilizar-se, quando necessário.*

Sain't-Hilaire continuando suas viagens pelo interior do Rio Grande do Sul começa a perceber que a cordialidade de fato não existiu e conclui com essa exposição que não se vê apenas a rudeza como eram tratados os escravos das charqueadas, mas também a exploração das crianças. É toda uma geração branca que se impôs sobre o negro.

Muito da desmistificação da escravidão brasileira e gaúcha começa no final das décadas de 1960 e 1970, quando na Universidade de São Paulo inicia-se uma série de estudos que discute a história social da escravidão. É a chamada Escola Paulista que, ao final dessas décadas, começa a questionar a visão de autores como Gilberto Freire a respeito da utopia racial negra no país.

É um momento ímpar na história do Brasil, pois efetivamente os estudos científicos começam a trazer às discussões um dos

capítulos mais sombrios da história nacional não apenas por haver a escravização do homem negro pelo branco, mas por ter ficado escondida essa verdade por tanto tempo.

### Considerações

Este não é um trabalho fechado em si mesmo, antes pelo contrário. A pretensão é de que ele oportunize discussões sobre a temática, instigando todos os que se interessam pelo tema e pela veiculação do mesmo, viabilizando o enfoque da ética e da solidariedade social que não podem prescindir de sua história e de sua herança.

Verifica-se, a partir do exposto, que mesmo aqueles que tentam mostrar que no Rio Grande do Sul não houve escravidão negra no século XIX, esta esteve presente na Província, com suas peculiaridades regionais, até mesmo pelas distâncias e realidades socioeconômicas do Brasil. Portanto, o negro que integrou a ocupação do território gaúcho foi tão escravo quanto o do Nordeste ou das Gerais, sentiu o peso do poder exercido pelo branco e se rebelou contra tal domínio, chegando até a organizar-se em quilombos.

O negro, assim como os descendentes de indígena, português, italiano, alemão, francês, holandês, entre tantos outros que povoam o Brasil, deve ser visto como um ser humano, com dignidade e respeito para o qual existem oportunidades e direitos, pois não é a estatura, o tom dourado ou escuro dos cabelos ou ainda a pele delicada e alva que definem o sucesso das pessoas e, conseqüentemente, de uma nação.

Uma denúncia merece ser feita: ao se pensar nas sociedades modernas, observa-se que, embora o sistema capitalista não comunique com o escravismo, nem por isso ele deixa de existir quando, por exemplo, a sociedade vive à mercê de uma política monetária especulativa que segrega os seus partícipes lhes oferecendo um "salário de fome".

E o mais grotesco, hoje, é que, quando se discute escravidão no Brasil, parece que só há lembrança da escravidão negra, do século XIX, enquanto não só nas periferias das cidades, e nem somente nas grandes cidades, a escravidão econômico-financeira nos assalta a cada dia, independentemente da cor, da idade, do sexo, do preparo profissional.

## Bibliografia

BAKOS, Margaret M. RS: *Escravidão e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_. *Negros e índios: história e literatura*. In: FLORES, Moacyr (org.). *Negros e Índios: Literatura e História*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

\_\_\_\_\_. e BERND, Zilá. *O Negro: consciência e trabalho*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DALLA VECCHIA, Agostinho Mario. *Escravidão e sociedade*. In: FLORES, Moacyr (org.). *Negros e índios: literatura e história*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

1994. FLORES, Moacyr (org.). *Negros e índios: literatura e história*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FREITAS, Décio. *Escravos nas estâncias*. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 07/03/78; *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

GAUER, Ruth M. Chittó. "A Contribuição Portuguesa para a Construção da Sociedade Brasileira". Separata da Revista de História das Idéias, Coimbra, vol. 19: Faculdade de Letras, 1997/1998.

JORNAL ZERO HORA - Segundo Caderno: Cultura - 20 de abril de 2002, s/p. *Os Escravos Suicidas*.

LAYTANO, Dante de. "O Negro no Rio Grande do Sul". Porto Alegre: Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1957.

PARDELHAS, Margarida. *O Povo Rio-Grandense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1932.

SAIN'T-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

WARAT, Luis Alberto. *Mito e teorias na interpretação da lei*. Porto Alegre: Síntese, s/d.

ZILBERMAN, Regina. *Mito e literatura brasileira*. In: FLORES, Moacyr (Org.). *Negros e índios: literatura e história*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994..